



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 1	Sessão Extraordinária de 08.01.2026	

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 08 DE JANEIRO DE 2026**

--- Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- **PONTO UM** - Intervenção do público; -----

--- **PONTO DOIS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a contratação do Plano de Saúde para os Municípes do Concelho de Óbidos, com início em janeiro de 2026 até 28 de fevereiro de 2026 ; -----

--- **PONTO TRÊS** - Apreciação e eventual aprovação da proposta para a contratação do Plano de Saúde 2026; -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, deu início à sessão após quinze minutos de tolerância, desejou a todos os presentes um Feliz Ano Novo, cumprimentando todos os presentes .-----

--- A Segunda Secretária, Lénia Capinha Lameiro, fez a chamada.-----

--- **Presenças:** - Fernando Jorge Sousa e Silva, Ricardo José Pedras Ribeiro, Mário Minez, Lénia Capinha Lameiro, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Ana Maria Ramos de Sousa, Fábio Miguel Tomé Antunes, Luís Manuel Ferreira Cunha, Elisabete Rocha Castanheira, Anabela Blanc Capinha Corado, Hugo Leitão Henriques, Diogo Caires Câmara, Vítor Paulo Herculano Rodrigues, Luana Madalena Oliveira da Silva de Sousa, Adélia Maria da Silva Claudino Araújo, Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa, Natália Maria Saramago Leandro, Rodrigo Miguel Conde Fonseca, José Manuel Lopes Marques, João Paulo Herculano Rodrigues, Ilda Maria Nuno da Cruz Figueiredo, Ricardo Silva Santos Carreira, José Pedro Rolim Horta, Pedro Miguel Jerónimo Vieira, Hélder José Mineiro Mesquita, Bruno Ricardo Pereira Duarte, Sandra Nazaré Cipriano Bebian, Frederico de Deus Lopes.-----

--- **Faltas:** - Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas, Ricardo José da Mata Antunes.-----

--- **Substituições:** - O deputado Pedro Miguel Carvalho Maldonado de Freitas foi substituído pelo deputado Mário Minez e o deputado Ricardo José da Mata Antunes , foi substituído pela deputada Susana Isabel da Cruz Jacinto e Costa.-----

--- **Quórum** – Vinte e oito presenças.-----

--- Registou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Filipe Miguel Correia Alves Daniel e dos Vereadores, Ricardo Miguel Pereira Duque, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, Soraia Alexandra Isidoro Saramago, Samuel de Sousa Timóteo Félix, Joana Trindade Bernardes Costa, Bruno João Rebelo Silva. -----

--- Por haver quórum, o Presidente Assembleia Municipal deu início a Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

--- **PONTO UM - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

--- Não houve intervenção do público.-----

--- **PONTO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE PARA OS MUNÍCPES DO CONCELHO DE ÓBIDOS, COM INÍCIO EM JANEIRO DE 2026 ATÉ 28 DE FEVEREIRO 2026;** -----

--- Para conhecimento, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,21, acompanhado da devida documentação. -----



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 1	Sessão Extraordinária de 08.01.2026	

--- Intervenção da Senhora Deputada Ana Sousa que cumprimentou todos os presentes desejando um excelente 2026 a todos, de seguida referiu que:” tendo em conta o ponto que estamos aqui em apreço, só tinha uma questão, basicamente duas questões muito básicas para o Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, que é quem nos pode dar as explicações. Perceber a que é que se deveu a necessidade deste prolongamento de 2 meses.O que estamos aqui a analisar no ponto 2 é no fundo quase que, vou dizer uma coisa, sem rigor técnico, uma prorrogação quase da situação sem a tecnicidade que isto significa, e, portanto, perguntar porque é que de facto temos a necessidade de fazer este procedimento para só 2 meses, porque a seguir vamos ter que fazer um concurso, que é aquilo que vamos depois ver no ponto seguinte, para um maior período de tempo. E depois explicar o porquê e ter aqui alguma preocupação, que seguramente também a Câmara já deu nota disso e perceber como é que se vai regularizar essa situação, que é, tanto quanto eu tenho memória e está aqui nos documentos este contrato está firmado e terminará a 16 de janeiro de 2026 ou a 15 de janeiro de 2026, e, portanto, estando hoje a 8, não sei exatamente o prazo que será dado para a apresentação de propostas no procedimento que vai ser aberto, se alguma coisa menos bem correr se temos aqui alguma contingência de podermos ficar aqui algum dia sem cobertura deste plano de saúde e, se assim for, se há alguma situação pensada esperando que nada aconteça se isso se vier a concretizar e houver necessidade de cuidados de saúde num dia em que o plano não esteja vigente. Basicamente são estas duas questões, creio que fui clara”. ----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que cumprimentou todos os presentes, desejando um excelente ano de 2026 a todos. Começou por agradecer antes de mais as questões colocadas pela Senhora Deputada Ana Sousa e referiu:” que este prolongamento que nós identificamos aqui para 60 dias, tem duas razões de ser. Uma delas, nós estávamos com uma certa expetativa, aliás estivemos muito pressionantes com o próprio Governo, nomeadamente com a área da saúde, com a Secretaria de Estado e o Ministério da Saúde para que percebêssemos exatamente, da existencia de uma medida mais fácil e possível, e que foi lançada esta semana, em os órgãos de comunicação social, eu diria que é uma noticia da LUSA, e que é difundida pelos outros órgãos de comunicação social, que manifesta que foi agora aberto o concurso de cerca de 3,6 milhões de euros para as plurianualidades. Antes de vir para aqui sabíamos que havia já uma empresa interessada nesta modalidade de parceria público-privada, fui contactado por uma outra empresa que tem também interesse em fazer uma proposta para Óbidos, naturalmente, está numa fase incipiente da mesma, mas esta era uma das razões que nós, efetivamente, estávamos a aguardar, porque estamos a gerir dinheiros públicos e, pesa embora, a condição da saúde no nosso concelho, responsabilidade da Administração Central, não é aquela que todos ambicionamos, naturalmente, e é um tema suprapartidário, nós temos que gerir, como eu dizia, bem dinheiros públicos e, portanto, já vamos para cerca de 700 mil euros de investimento municipal, investimento que seria ele importante também, pesa embora a condição a boa condição financeira da Câmara, este é um dinheiro que cabia à Administração Local aplica-lo noutro tipo de condição, mas nós não quisemos, deixar a nossa população, diria quase indefesa, naquilo que são os cuidados de saúde e fomentamos este plano em 2024, foi renovado em 2025 e queremos de alguma forma dar continuidade em 2026, porque a correr bem o contrato publico e internacional seguramente não estará disponível antes de abril, foram as indicações que a Senhora Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Oeste nos transmitiu e,



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 1	Sessão Extraordinária de 08.01.2026	

portanto, nós estávamos quer com a Senhora Presidente da ULS quer com o Governo a perceber qual é que eram os passos e a celeridade que era necessária, naturalmente, para aprovar estas plurianualidades. Este foi efetivamente um tema, outro tema foi termos constatado uma notícia que hoje em dia com a questão das jurisprudências, havia no norte do país, nomeadamente no município de Idanha-a-Nova, e que essa jurisprudência afeta a todos os municípios, naturalmente, mesmo aqueles que não estão impactados diretamente com essa medida, que foi recusado um plano desta natureza, ou seja, foi recusado e depois tivemos que perceber todos os contornos, porque o plano foi aprovado sem ir ao órgão onde nós estamos que é o órgão fiscalizador da Câmara, e, portanto, tivemos que ter esta confiança também e esta certeza e, naturalmente, ter aqui também este conforto jurídico para podermos novamente avançar com aquilo que já trazíamos de há dois anos civis atrás, e dar continuidade a este projeto, e, portanto, foram estas as duas principais razões para o prolongamento.”-----

--- “Relativamente à segunda questão, nós estamos a crer que os 60 dias serão, efetivamente, suficientes para nós lançarmos este concurso e que, mantendo-se o interesse daquele que está mas outros que possam efetivamente prestar estes cuidados de saúde no nosso concelho, que nós vamos ter continuidade no mesmo e, portanto, estou na esperança, não tenho mais do que uma esperança, em relação a isto, porque não há garantias, como sabem, é um concurso público e, portanto, temos que cumprir todos os procedimentos legais para a continuidade do mesmo”.-----

--- ***Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*** -----

--- ***Aprovado em minuta por unanimidade.*** -----

--- **PONTO TRÊS - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE 2026;** -----

--- Para apreciação e eventual aprovação, foi presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, referência 2026,SACEF,S,31,25, acompanhado da devida documentação.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa começou por intervir e disse: “ que tinha uma questão mas o Senhor Presidente acabou por de alguma forma responder, já no 1º ponto, que era a situação da saúde prestada pelo serviço nacional de saúde, pelo Ministério da Saúde, como é que ela estaria, já percebi que vai andando, e portanto, naturalmente, o plano de saúde continua a fazer toda a diferença na vida das pessoas. Olhando para o relatório que foi aqui associado e que valerá o que valerá, mas dá-nos aqui algumas pistas, há de facto, diria, uma mais-valia pelo menos no nosso entendimento e em particularmente no meu, a grande mais-valia deste plano de saúde é a gratuitidade das consultas médicas que são prestadas aqui em Óbidos e os cuidados de enfermagem também. E, portanto, e nessa medida, uma vez que o objetivo é aproximar a saúde dos munícipes e dar-lhes esta cobertura que o serviço nacional de saúde não faz, eu penso que seria de considerar relevante, porque não existe neste momento, termos mais um local de atendimento nas restantes freguesias ou seja, pelo relatório o que nós vemos é que os locais de atendimento têm sido em Olho Marinho, têm sido aqui em Óbidos e têm sido em A dos Negros, deixamos de fora 4 freguesias, uma delas Gaeiras eu até consigo perceber ou encaixar que não exista ali um posto, digamos assim, de atendimento, vou dizer assim também com falta de rigor, deste plano, porque Gaeiras como todos nós sabemos não é servida pelo Centro de Saúde de Óbidos, digamos assim, é por uma extensão de Caldas e vai tendo os seus médicos de família e também tem alguma proximidade de Óbidos e A dos Negros, portanto diria que



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 1	Sessão Extraordinária de 08.01.2026	

havia uma certa facilidade das pessoas poderem movimentar para um lado e para o outro. Agora, tanto na freguesia de Amoreira, como na freguesia do Vau, como na freguesia da Usseira as pessoas têm que se deslocar para aqui, e se nós conseguíssemos fazer um posto de atendimento e repartir algumas destas horas, uma escala para que os médicos pudessem servir a população, seria bom, porque não é só a questão da consulta propriamente dita, mas tudo o que ela envolve, que é uma pessoa, por exemplo, mais idosa que são aqueles que recorrem mais a estas consultas, até pelo questionário que vem anexado, são pessoas que provavelmente terão mais dificuldade de mobilidade, dependerão de terceiros para fazer as deslocações, e, portanto, é mais difícil conseguirem agilizar a sua vinda aos locais onde neste momento nós prestamos esse serviço e, portanto, se houver aqui esta possibilidade, ainda que seja mais reduzida, era uma sugestão que daria, que penso que a todos apraz esta sugestão, acho que ninguém estará contra esta sugestão seguramente porque é uma questão de aproximar ainda mais os serviços à população". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Ribeiro que começou por cumprimentar todos os presentes, desejando um bom ano a todos e de seguida disse: "relativamente a esta matéria e ao ponto que estamos aqui a apreciar, e em função da informação que nos chegou por parte do município com um conjunto de informação que complementa este ponto que estamos a apreciar, faz-se aqui um enquadramento jurídico do ponto de vista daquilo que é a constituição e o direito à saúde e a necessidade que o município teve para justificar aquilo que tem sido, desde o 25 de abril, uma prática comum e aceite, genericamente, por todos nós como sendo uma matéria que tem sido tratada sob a responsabilidade do Estado Central. O que é certo é que nos últimos anos, diria mesmo durante este século, o investimento que o Estado Central tem feito no Ministério da Saúde e na saúde em geral tem-se reforçado em orçamentos, na duplicação, triplicação, quadruplicação dos orçamentos, com investimentos em recursos, sejam eles físicos, humanos, materiais, equipamentos, meios complementares de diagnóstico, enfim, tem-se atirado dinheiro para cima do problema sem que nós, de uma forma geral, portanto, não queria de alguma forma generalizar os problemas e as dificuldades da saúde no nosso concelho que não tem a comparação com o resto do país, contudo, aquilo que tem vindo a acontecer e aquilo que tem sido a análise e a apreciação por parte deste executivo, leva a que tome uma iniciativa que reconhecemos aqui nesta bancada, como um programa ou um projeto de extrema importância para a nossa população. Portanto, chegados aqui, é com enorme regozijo que recebemos esta proposta, mais uma vez, como dizia o Senhor Presidente, ao fim de 2 anos é que este programa esteve implementado, vamos continuar a fazer e aquilo que nos deixa bastante satisfeitos é que uma Câmara Municipal, uma Câmara Municipal do PSD faça e aplique aquilo que realmente é a sua verdadeira essência, a social democracia, a colocar os interesses da população serem satisfeitos pelos programas e pelas políticas do município. Portanto, cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu respetivo executivo por esta medida, mais uma vez, continuar a dar suporte médico, através do apoio do programa que nós estamos a apreciar e avaliar. Portanto, é com muita satisfação que realmente que voltamos a analisar esta proposta do plano de saúde para os nossos municípios e aquilo que poderemos afirmar é que com esta proposta, o município de Óbidos vai continuar a assegurar médicos em permanência, enfermeiros, exames e meios complementares de diagnóstico, uma coisa muito importante que é esperança e a confiança dos municípios neste executivo, e obviamente, isso foi



Assembleia Municipal de Óbidos

5

Ata n.º 1

Sessão Extraordinária de 08.01.2026

também materializado fruto dos resultados das ultimas eleições, portanto o reconhecimento desse trabalho que foi feito e continua a ser feito, pelo resultado quer na Câmara Municipal de forma esmagadora e também nesta Assembleia Municipal pelo reconhecimento das políticas que foram feitas. Portanto, Senhor Presidente isto é a retribuição deste executivo ao voto de confiança que os munícipes depositaram neste executivo, na capacidade de fiscalização deste órgão do qual nós todos aqui fazemos parte, que é materializado também na informação, portanto, esta informação não veio aqui de forma isolada, e complementada com relatório, que faz o balanço daquilo que foi a análise feita ao procedimento anterior que nos vai ajudar a perceber melhor o que é que pode ser melhorado, o que é que pode ser corrigido e dessa forma fazer algo que é muito importante, é assegurar que os nossos munícipes tenham acesso à saúde e pelos resultados e pelos dados que vimos no relatório, o número de pessoas sem médico de família é muito grande numa população envelhecida, e, independentemente das condições sociais ou da caracterização demográfica do nosso concelho, obviamente a saúde é um direito que todos nós temos, e obviamente não é através do Estado Central é através da nossa autarquia, deixa-me satisfeito, deixa-nos a todos muito otimistas e muito mais tranquilos em relação aquilo que poderão ser os cuidados de saúde que a nossa população vai ter a oportunidade de usufruir nos próximos, neste caso, no próximo anos, que é aquilo que nós estamos a votar. Mais uma vez muitos parabéns, Senhor Presidente”. -----

--- O Senhor Deputado José Marques, cumprimentou todos os presentes, desejando um bom ano para todos e disse: “Em relação a este assunto, também na sequência da intervenção da Senhora Deputada do Partido Socialista, Doutora Ana Sousa, gostava de pôr aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara. Nós para além do plano de saúde, gostava que o Senhor Presidente mais uma vez realçasse o esforço que o município está a fazer para garantir o funcionamento dos espaços que nós temos para o atendimento das pessoas, para o atendimento dos utentes, que espaços que nós temos identificados em três situações, Óbidos, A-dos- Negros e Olho Marinho, como foi referido, e, naturalmente, o esforço que já é feito e, eventualmente, a abertura de mais espaços com dignidade, e com capacidade e com pessoal para atender pessoas em proximidade nas freguesias, que valor é que isso poderia de alguma maneira ter de esforço do nosso município, porque não é só criar espaços, é necessário depois pensar em muitas coisas, nomeadamente, o aspeto logístico, o aspeto pessoal, para garantir, quanto mais não seja, a abertura e o fecho da porta a tempo e horas para que toda a gente que se tenha que dirigir ou que lá trabalhe possa ter, efetivamente, as coisas todas ao jeito. De maneira que deixava mais esta questão também, e se o Senhor Presidente poder dar um esclarecimento, acho que seria bastante útil.” -----

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A dos Negros, cumprimentou todos os presentes, desejando um extraordinário 2026 e disse:” Sem dúvida, no contacto direto que temos com as populações locais, há alguma insatisfação com o plano, mas neste sentido, porque o plano apesar de ser, na minha opinião, e as pessoas acabam por reconhecer também o mérito do município na sua aplicação, acaba por não dar a resposta completa que todos desejamos, ainda assim, devo eu reconhecer perante o Senhor Presidente da Câmara, que é uma mais-valia que outros municípios ainda não oferecem e que nós devemos aproveitar da melhor forma. Lamento apenas que a intenção do Senhor Presidente da Câmara e restante executivo municipal não tenha sido concretizada, que era a prescrição de exames diagnósticos de acordo como é feita a prescrição de



Assembleia Municipal de Óbidos

6

Ata n.º 1

Sessão Extraordinária de 08.01.2026

medicamentos, era, de facto, uma medida muito importante e, essa sim, vinha muito ao encontro daquela que é uma das principais necessidades, falo dos meus fregueses de A dos Negros, mas, com certeza, será de outras freguesias. Há alguma consultas, não tantas como desejamos, há prescrição de medicamentos, mas a prescrição de exames diagnósticos não se verifica, eu diria que, já que não se afigura que a realidade do SNS vá mudar muito radicalmente nos próximos tempos, que esta é uma luta que não se deve dar por encerrada que se deve continuar a insistir junto dos responsáveis do ministério. Em relação a uma questão concreta que queria colocar era a seguinte: a seleção das especialidades está prevista no plano, no contrato, é feita com base num pacote ou há alguma abertura para que haja seleção por parte de quem contrata, neste caso, o Município de Óbidos? As que lá estão, estão muito bem, faltariam lá muitas outras, mas, com certeza, não será possível incluir todas, mas apontava dois casos que me parecem que poderiam.”-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu pelas questões, e afirmou:” que a Saúde é de facto um tema extremamente importante, um tema tão importante que é neste ponto e, acima de tudo, nesta área que a nossa responsabilidade, independentemente da condição financeira, nunca pode deixar, efetivamente, ninguém para trás. Não pela Câmara nestas condições ter capacidade financeira que deixaria de alguma forma de investir naquilo que era essencial para a sua população, e como já aqui já foi referido, uma população que do ponto de vista da pirâmide demográfica está de alguma forma invertida, portanto nós temos que ter esta especial atenção, porque não sendo da nossa responsabilidade, como eu há pouco dizia, também o é, porque nós quando esta resposta não nos é facultada por quem de direito, nós temos que fazer tudo, foi para isso, naturalmente, que o povo nos elegeu, foi esse mandato de confiança que nos deu para que olhássemos de alguma forma por eles e que criássemos todas essas condições.”-----

--- “Relativamente á questão colocada, que eu de alguma forma já tinha transmitido parte, eu digo parte porque há muito trabalho a ser desenvolvido na área da saúde, muita, eu diria, indignação por parte de um concelho que tem dado tanto ao país também como é o concelho de Óbidos, na área da cultura, na área do turismo, na área da agricultura, noutras áreas tão importantes e estruturantes para a região e para o país e que, passado tantos anos, continua a ter algumas, eu diria muitas dificuldades nomeadamente numa área que é um direito constitucional que é a saúde. Portanto, estranhei também de alguma forma ter a Senhora Ministra da Saúde no Hospital de Caldas da Rainha, recentemente, e não ter sido informado desta mesma situação e não poder ter estado uma vez mais em local próprio também a reivindicar este tipo de necessidades para o concelho de Óbidos, porque se esteve lá o meu colega de Caldas da Rainha, porque está no concelho dele a Unidade de Cuidados de Saúde de Caldas da Rainha não é só para Caldas da Rainha é para mais um conjunto de concelhos e, portanto, estranhei de alguma forma e fiz essa manifestação, diria até, de deselegância, foram poucos minutos que a Senhora Ministra cá esteve, mas os poucos minutos serão importantes para ela perceber junto dos autarcas, junto dos utentes, junto dos profissionais de saúde, aquilo que são as preocupações no local. Naturalmente que valorizo a vinda da Senhora Ministra ao território é importante que ela venha constatar todas as dificuldades que existem, mas não nos ter sido transmitido essa informação e ter-nos dado a oportunidade de partilharmos alguma preocupações, e eu pego já aqui em algumas preocupações, nesta preocupação que o Presidente da Junta de A dos Negros refere e que já temos falado isto em sede de reunião de Câmara e que já foi falado



Assembleia Municipal de Óbidos

7

Ata n.º 1

Sessão Extraordinária de 08.01.2026

em sede de Assembleia Municipal que é o município que vai já para um investimento de 700 mil euros e ainda não foi possível por parte do Governo, por parte do Ministério da Saúde legitimar os profissionais de saúde que estão acreditados como qualquer um do SNS para poder fazer esta prescrição dos exames médicos e complementares. Isto é, eu diria, quase inaceitável, ou melhor isto é inaceitável. Nós estamos a fazer um serviço ao país, com a condição que nós temos, e não nos é permitido para alguém que esta a criar, eu diria, uma almofada a ganhar algum tempo num território que já vamos para 3 anos com esta solução, não nos poder legitimar os médicos que contratamos ao abrigo de um plano de saúde a poderem fazer esta prestação. Nos até estamos a dar tempo, até estamos a fazer um investimento significativo, isto era o mínimo dos mínimos, neste caso o Ministério, deveria fazer, e, portanto, lamento efetivamente, não ter tido mais uma vez esta oportunidade e que, muita das vezes, os nosso pedidos de reuniões, os nossos emails que enviamos, os ofícios que enviamos varias vezes, para o próprio Ministério e Secretaria de Estado, eu acredito que os leiam, acredito que tenham uma saída, que não é fácil, como aqui foi dito pelo Senhor Deputado Ricardo Ribeiro, não é o momento, e que o Senhor Presidente de Junta referiu, não é de um dia para o outro que se resolvem os problemas da saúde, aliás acho que era importante também aqueles profissionais que se fixam ou que aprendem e ganham competências no nosso país, que assim que terminam a sua formação que não vão logo trabalhar para o norte da europa ou para outra geografia. Fomos nós com os nossos contributos que, de alguma forma, também pagamos a formação a estes profissionais, deveria de haver um período de permanência no nosso país, já desafogava muito, com certeza, no nosso país e no SNS, no serviço publico, porque são financiamentos públicos que servem para formar estes jovens médicos.-----

--- "Relativamente à questão de retomar, diria retomar porque já foi uma prática ao fim ao cabo dos vários locais de prestação de cuidados de saúde. Para nós não está fora de hipótese, alias, está muito presente esta necessidade, nós pelo facto de não termos, para além dos acordos de bata branca, não temos, efetivamente, presença, a outro tipo de presença no nosso centro de saúde, e tentamos colocar uma Unidade Central no nosso território, onde freguesias ou localidades mais próximas se possam deslocar cá e criar de alguma forma nas freguesias mais a limite do concelho, Olho Marinho e A dos Negros, a possibilidade de, nesse caso, da deslocação. E eu dou-vos aqui um exemplo, que é importante efetivamente eu reconheço isso, da ausência de médico neste momento na Amoreira, no Vau e na Usseira, mas a distancia da Usseira, ou do Vau, ou da Amoreira comparativamente com uma freguesia que até tem cuidados de saúde que é o caso de A dos Negros, a Sancheira Pequena fica à mesma distância que fica qualquer uma destas localidades e, portanto, para nós é importante percebermos aqui o racional e aquilo que conseguimos oferecer com as condições que temos. Pegando agora na questão da importância, uma vez mais, da USF, assim que tivermos mais oferta da USF na Unidade Central nós podemos abdicar do tempo que temos nalguma destas localidades e fazer estas ofertas de cuidados médicos no Vau, por uma questão de descentralização, por uma questão de proximidade, por uma questão de falta de logística, por uma questão de falta de condição financeira para a mobilidade que, muita das vezes, pode acontecer também e nós olharmos também a este tipo de presença, porque nós temos que gerir, efetivamente, os recursos que temos à data e nas condições que, efetivamente, temos, mas para nós está presente e aqui respondo um pouco também ao Senhor Deputado José Manuel Marques, nós já temos esse espaço, esse espaço já serviram, estão em perfeitas condições de



Assembleia Municipal de Óbidos

8

Ata n.º 1

Sessão Extraordinária de 08.01.2026

utilização, para nós a saúde, não é a questão do valor é, acima de tudo, e em primeira instância a prestação do serviço, isto é um bocadinho como a questão da mobilidade, a mobilidade não nos é para dar um rendimento, nós não somos uma transportadora, nós queremos prestar um serviço, porque esse serviço é um serviço de coesão social ou um serviço de coesão territorial, é um serviço que nos continua a aproximar casa vez mais de territórios bastante desenvolvidos, e queremos ser mais desenvolvidos, e um fenómeno também de atratividade para o próprio território".-----

--- "Assim em primeira instância será essa visão estratégica, mas, naturalmente, depois queremos gerir bem dinheiros públicos e é para isso que também estamos legitimados. Mas, acima de tudo, dar-vos nota que para além destas situação que temos insistido, do plano de saúde que estamos a desenvolver, nós estamos a olhar a um futuro próximo também, eu diria, espero este ano 2026 podermos desenvolver o balneário termal para fins terapêuticos, há águas termais que estão há séculos no nosso território, nunca foram devidamente utilizadas, eu digo nunca foram devidamente utilizadas porque já foram disponibilizadas para quem se quisesse banhar naquelas águas sem qualquer prescrição médica o pudessem fazer, se calhar há mais de 100 anos ou há muitas décadas atrás, mas nós temos que olhar a esta oportunidade também que temos e temos uma água de excelente qualidade para fins músculo-esqueléticos, mas também, para doenças respiratórias. Hoje essas duas áreas são extremamente importantes, e depois, efetivamente, porque queremos prestar um serviço público e as pessoas que têm esses problemas, diria, de doenças, que possam melhorar a sua condição com o termalismo, que este mesmo termalismo seja alavancado também financeiramente depois com a parte do Wellness ou de bem-estar numa unidade que queremos desenvolver a-posteriori. Relativamente, ainda, às intervenções aquilo que nós, nós não temos qualquer medo ou receio e fala-se, nós já assumimos algumas, diria, bastantes transferências, competências em várias áreas, nós não temos qualquer medo da descentralização, não nos sentimos diminuídos do ponto de vista intelectual ou organizacional para podermos assumir essas responsabilidades. Agora é preciso, efetivamente, que o serviço público dê ferramentas, e dar ferramentas não é só dar dinheiro, eu preciso de conseguir contratar, ser competitivo no mercado financeiro, porque não é a pagar 870€ ou agora 920€ para um assistente operacional que uma Câmara ou uma Junta de Freguesia consegue responder aquilo que é os desígnios de uma população. Nós precisamos de ter esta capacidade de atrair recursos para o serviço público ou pelo vencimento, ou pelas condições. Há uns anos havia uma aposentação em idade inferior ao serviço privado, que possa ser mais atrativo, eu não digo que seja esse o caminho mas havia alguns incentivos para que as pessoas possam vir para o serviço público, para que nós possamos prestar um serviço público, porque, não digo isto com vaidade nenhuma, mais facilmente arranjo dinheiro do que conseguir criar condições para atrair recursos humanos para uma autarquia. Para criar dinheiro nós conseguimos arranjar alguns mecanismos, agora para atrair recursos humanos quando estamos todos debaixo do mesmo chapéu com as mesmas regras, e se eles não vêm para Caldas vão para Óbidos, não vêm para Óbidos vão para Peniche, se não vêm para Peniche ou para Caldas ou para Óbidos, vão para a Administração Central porque até podem fazer 4 dias de teletrabalho, isto para nós é altamente penoso que são as funções que queremos. Precisamos de desenvolver relativamente a esta matéria. E acredito, naturalmente, nós temos recebido, claramente, ainda em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Ricardo Santos, que há alguma insatisfação relativamente a esta matéria que



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 1	Sessão Extraordinária de 08.01.2026	

é uma matéria que nós continuamos a insistir junto, neste caso, do Governo e da Secretaria de Estado que está com esta responsabilidade também, para darem esta resposta relativamente à nossa necessidade e que também é bom, ainda hoje à hora de almoço tive a oportunidade de perceber que alguém que marcou uma consulta no dia seguinte teve essa mesma consulta e foi muito bem atendido, alias, não me tinha dito que tinha sido bem atendido e eu perguntei, porque eu preciso de saber quando não somos bem atendidos, não preciso de saber quando somos bem atendidos, mas também gosto de saber como é obvio, mas fiz questão de perguntar à pessoa que teve essa consulta, "e o atendimento? foi uma cidadã brasileira, atendeu-me muito bem, gostei muito do atendimento, foi muito célere, tudo bem, não é pela nacionalidade, naturalmente, mas partilhar aqui convosco aquilo que foi textualmente aquilo que foi a informação partilhada, mas, acima de tudo dá-nos um orgulho enorme termos tido esta capacidade de arrojo, de criatividade de resolvermos um problema da nossa população na medida daquilo que nos era possível. Desculpem-me ter alongado, mas julgo que respondi aquilo que tinha sido questionado".-----

--- Não se tendo verificado mais intervenções sobre o assunto, foi posto pelo Senhor Presidente da Mesa à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Óbidos, pelas dezanove horas e quarenta minutos, do dia oito de janeiro do corrente ano, deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou a presente ata, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro. E eu, Cristina Margarida Oliveira Ferreira Almeida, lavrei esta ata que também vou assinar.